

Carlos Taibo
Carlos Morais
Carlos Velasco
Ángel R. Gallardo
Marta Rodrigues
Braúlio Amaro
Francisco Martins Rodrigues
José Maria Garcia Vila Verde
Maurício Castro

Limiar

Domingos Antom Garcia

<p><i>A Galiza do Século XXI</i> <i>Ensaio para a Revoluçom galega</i></p>	
--	--

Galiza, 2007

ABRENZE EDITORA

Colecçom Construímos Galiza • 12

A Galiza do Século XXI. Ensaio para a Revolución Galega
Primeira edición, Agosto de 2007

Autor: VVAA

Edita: Abrente Editora
Rua Costa do Vedor 47, rés-do-chao, 15703 Compostela (Galiza)
Telefone: 616 868 589
abrenteeditora@primeiralinha.org
www.primeiralinha.org

Imprime: Tórculo Artes Gráficas
Tiragem: 1.000 exemplares

Data de impressom: Julho de 2007
Impresso em papel reciclado



ISBN:84-933664-9-8
Depósito Legal:

ÍNDICE

A modo de limiar <i>Domingos Antom Garcia</i>	7
Umha nota sobre a Galiza na globalizaçom capitalista <i>Carlos Taibo</i>	23
Velhos e novos paradigmas da esquerda independentista. Umha leitura comunista <i>Carlos Morais</i>	39
A classe obreira na História da Galiza. A negaçom dum sujeito determinante <i>Carlos F. Velasco Souto</i>	51
A imprescindível recuperaçom da memória histórica da Galiza contemporânea <i>Ángel Garcia Gallardo</i>	69
Indústria de conteúdos, indústria de consciências <i>Marta Rodrigues</i>	95
A autodeterminaçom, um direito e umha necessidade <i>Bráulio Amaro</i>	105
Ibéria <i>Francisco Martins Rodrigues</i>	119
Pararmos as agressions à Terra, em e da Galiza <i>José Maria Vila Verde</i>	127
A sorte está lançada? Sobre a continuidade do galego-português na Galiza do século XXII <i>Maurício Castro</i>	151

A sorte está lançada?

Sobre a continuidade do galego-português na Galiza do século XXI

Maurício Castro é porta-voz nacional de NÓS-Unidade Popular

Introduçom

A pergunta inicial do título deste artigo parafraseia umha famosa expressom latina que, em tom asseverativo, costuma sentenciar um assunto sobre o qual pouco ou nada pode ser feito, pois já nom há hipótese de influir, ou depende de circunstâncias alheias e de impossível controlo.

Há em geral, nas questons sociais, tendência para simplificar com sentenças ou esquemas do género conflitos ou problemas que, na verdade, dependem de aspectos tam variados, de carácter objectivo e subjectivo, que os tornam mais complexos do que umha simples sentença ou provérbio pretendem esclarecer.

Assim, nos últimos anos, novas teorias sociais e científicas tenhem reafirmado a validade do método científico de análise da realidade, face ao idealismo ou o recurso à providência, sem por isso podermos tratar do atinente à sociedade como se de ciências exactas se tratasse; em definitivo, a complexidade dessa análise rebate ao mesmo tempo esquematismos reducionistas, quer de teor materialista, quer idealista. É a dialéctica

materialista que se reafirma como melhor guia para a compreensão e a transformação da realidade social.

Não existe uma linha recta que nos permita prever para onde e por onde é que um modo de produção, uma formação social, um sistema económico ou cultural, irá evoluir de maneira incontornável. Existem, ainda hoje, restos de comunidades humanas organizadas em formações assimiláveis a um arcaico comunismo primitivo, junto a outras em que subsistem formas de escravagismo ou regimes medievais, em simultâneo com o capitalismo que hegemoniza claramente as formas de organização social nestes inícios de século.

Há também diferentes tentativas analíticas de numerosos especialistas que tentam “adivinhar” para onde é que caminha este capitalismo global em que vivemos, mas nenhuma delas conseguirá com toda a probabilidade sequer gizar os traços verdadeiros de qual será o perfil do planeta daqui a cinquenta anos, tal como há cinquenta anos ninguém conseguiu avançar factos substanciais para descrever e perceber a situação actual.

Factos como a queda do bloco antagonista “soviético”, com as radicais mudanças que a sua desapareição impujo a nível mundial; o surgimento de uma renovada dialéctica entre o imperialismo e os contraditórios movimentos islamistas que se lhe enfrentam com crescente capacidade defensiva e ofensiva; o aumento do abismo entre a minoria rica e as massas empobrecidas do chamado Terceiro Mundo, que transbordam as fronteiras da pobreza e se estendem, por cima dos arames farpados, para o interior dos espaços vedados pelas elites do Ocidente rico; a ameaça iminente de colapso ambiental e o esgotamento de matérias-primas basilares no actual modelo de desenvolvimento, que põem em causa a sua continuidade numa perspectiva de poucas décadas...

A visom de perto que todos e todas temos da evolução social em que estamos inseridas apresenta-no-la como caótica e obriga-nos a simplificar para tentarmos perceber qualquer coisa. Porém, a mesma ciência tem já demonstrado que até os sistemas caóticos apresentam uma ordem

que permite, com os instrumentos e métodos de análise adequados, analisar e compreender os seus traços e tendências gerais, por cima do inescrutável labirinto de influências, forças, condições e acontecimentos que se entrecruzam e fazem funcionar o sistema capitalista actual.

Todo o dito serve e tem aplicação na hora de abordarmos a complexidade do facto lingüístico como um dos definitórios, segundo alguns estudos há entre 100.000 e 150.000 anos, das sociedades humanas. As aproximadamente 200 famílias lingüísticas actuais som integradas por idiomas com maior ou menor grau de parentesco, número de utentes e estatutos sociais diferentes, para já nem entrarmos nas tipologias internas tam variadas que constituem um dos mais valiosos patrimónios imateriais, assim reconhecido pela UNESCO desde a aprovação da chamada Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, decorrida em 2003, em vigor desde o ano passado e ratificada por um total de 47 Estados: 16 europeus, 9 asiáticos, 9 africanos, 7 latino-americanos e 6 estados árabes.

Tal como a língua basca subsistiu desde talvez 2.000 anos a.d.n.e. até a actualidade e apesar de nem contar, na maior parte desse tempo, com políticas tendentes à sua conservação, outras línguas têm nesse mesmo período de tempo nascido da evolução de outras, dando lugar a variantes constituídas em idiomas independentes, caído na definitiva extinção e até revivido das próprias cinzas e recobrado um nível de uso social importante.

Cabe perguntarmo-nos, a partir deste retrato a traço grosso da história das línguas desde há aproximadamente 7.000 anos, em que se situam as origens conhecidas das protolínguas originárias das mais de 5.000 faladas actualmente, se o comportamento e a evolução social das línguas e das comunidades que as falam é caprichosa e imprevisível, resultante do carácter caótico a que antes figemos referência; ou se, ao invés, caindo na simplificação habitual, consideramos o assunto em termos do que podíamos chamar "darwinismo lingüístico", e reduzi-lo todo à sobrevivência das mais fortes ou aptas para os fins marcados como principais instrumentos de comunicação da espécie humana.

Parece claro que a evolução das línguas é mais um exemplo dessa complexidade caótica cujas tendências gerais podem ser apontadas, sem predizer os episódios concretos nem descartar trajectórias específicas contrárias àquelas.

Assim, enquanto o latim se achava ainda na sua etapa arcaica, no século III a.d.n.e, nos primeiros passos de conformação do que iria ser o Império Romano, na China, o imperador Qin Shihuan unificava os reinos e constituía o Estado mais antigo e duradouro, que tem chegado, sofrendo profundas transformações, até os nossos dias. É verdade que nesse vasto espaço, e sob a denominação de chinês, som faladas variantes lingüísticas ininteligíveis entre povos vizinhos e dúzias de outros idiomas de famílias diferentes, mas também é certo que o chinês subsistiu até a simplificação e padronização da variante dos mandarins, logo após a vitória revolucionária de 1949. No mesmo período, o latim evoluiu em tantas línguas como territórios soberanos de fala latina se seguiram à queda do Império, e hoje pertence ao venerável grupo das línguas clássicas já mortas, subsistindo de certa forma em todas e cada umha das línguas neolatinas actuais.

Ninguém diria que o chinês tenha subsistido tantos séculos pola sua maior versatilidade ou capacidade de adaptação como sistema lingüístico. Por acaso, na sua versão escrita, é objectivamente o sistema de mais difícil aprendizagem, e nem sequer a sua pertença a umha comunidade de falantes tam grande ou a um poderoso império milenar parece explicá-lo todo, pois o basco, sendo ainda mais antigo, mas falado por umha comunidade lingüística pequena e carente durante séculos de um poder político autónomo, mantém-se hoje na mesma, como um dos mais antigos idiomas vivos sobre a terra.

A continuidade das línguas, a sua desapareção, a protecção, a consideração como língua ou dialecto, as funções que consegue preencher no seio de umha comunidade ou outra, a sua expansão ou regresso territorial... som circunstâncias sociais, e nom propriamente internas de cada sistema lingüístico, as que explicam a vida e a morte das línguas.

Línguas sem “passado glorioso”, como o albanês, o checo ou o servo-croata, confrontárom-se numha dada altura, a partir do século XIX, com projectos de construçom nacional que figérom delas referentes simbólicos de primeira magnitude, apesar de contarem com escassa tradiçom literária ou escrita anterior, e carecerem de séculos dourados e estruturas estatais em que pudessem reconhecer-se. O contrastado sucesso desses processos de construçom sistémica, activados no último século e meio, deu viabilidade aos respectivos espaços lingüísticos, independentemente do número de falantes, da origem tipológica ou da existência ou nom de brilhantes tradiçoms literárias.

Ao contrário, línguas com passados áureos, como a ocitana ou a bretá, nom conseguírom até os dias de hoje ultrapassar crises históricas decorrentes da assimilaçom das respectivas comunidades falantes em relaçom a projectos estatais expansionários que as incluírom no interior de fronteiras que afogárom esses povos e as suas línguas.

O caso do galego-português na Galiza representa um caso “misto”, em que umha língua histórica com séculos de trajectória normalizada (nom menos de sete séculos) decaiu numha parte do território originário, enquanto se convertia em língua colonizadora no vizinho Estado português. Nos dous casos, som novamente circunstâncias alheias ao sistema lingüístico comum que explicam tam diferentes derivas sociais, tal como som factores histórico-políticos que fam com que o espanhol, em expansom na maior parte dos territórios em que é falado, mantenha um estatuto minorizado em Porto Rico, “Estado Livre Associado” aos EUA.

A análise de cada um dos casos referidos ou de outros muitos que exemplificam as possíveis derivas históricas das línguas excede os objectivos destas linhas. A nossa intençom é apenas vincar o peso determinante dos factores sociais –incluindo aí os económicos, históricos, políticos e culturais– na evoluçom das línguas na história.

Umha vez que concordamos em que a história nom é umha absurda sucessom de acontecimentos arbitrários de impossível controlo, apesar

de que nas suas grandes tendências se registem episódios fortuitos ou determinados por forças superiores às endógenas da própria comunidade de falantes, acreditamos na possibilidade de que a história possa ser rectificadada. Outros povos o figérom, o nosso necessita-o e também poderá vir a fazê-lo.

Grandes tendências actuais verificáveis na Galiza

Até há pouco, os meios oficiais e inclusive do movimento normalizador limitavam-se, na análise do caso galego, a reproduzir esquemas e diagnósticos ressesos, rendíveis há 40 anos, sem repararem nas vertiginosas e radicais transformaçõs em que nos achávamos imersos como povo. Há poucos anos ainda que quem falava das sérias ameaças para a continuidade material da nossa comunidade lingüística era riscada de catastrofista ou de pessimista.

Nem sequer a publicaçom, a partir de 1994, de estudos de campo esclarecedores quanto à evoluçom dos usos na Galiza das últimas décadas, possibilitou umha mudançom na orientaçom das análises até vários anos depois, sem que ainda hoje tenham sido vencidas as inércias dos discursos conformistas e até autocomplacientes sobre o balanço das duas primeiras décadas de autonomia administrativa galega no que à política lingüística di respeito. Há quem continue a falar de "lento processo de substituiçom" e a culpabilizar em exclusiva o franquismo para referir umha perda percentual de 43 pontos entre a geraçom das galegas e galegos que em 2003 tinham 65 ou mais anos e os que no mesmo ano tinham menos de 16, e um aumento em simultâneo de quase 32 pontos na transmissom do espanhol entre esses mesmos grupos de idade. Umha perda que, referida ao uso habitual do galego-português, cai 37 pontos percentuais dos 65,7% em maiores de 65 anos para os 28% em menores de 16 anos¹. Se a esses eloqüentes dados acrescentarmos o factor geográfico, vemos que em cidades como Ferrol, Vigo ou a Corunha, o galego é já hoje absolutamente

1. 76,4% de transmissom do galego em maiores de 65 anos face a 45,1% de transmissom da mesma língua nos menores de 16. Quanto ao galego, 13,7% no primeiro grupo face a 45,1% no segundo. (Enquisa de Condicións de Vida das Famílias, Instituto Galego de Estatística, 2004).

residual como primeira língua e como língua habitual na faixa etária mais nova. Remetemos para tal aos poucos, mas contundentes, estudos de campo publicados².

Nom entraremos a descrever em pormenor esses dados, que retratam o presente de umha comunidade lingüística quase sem falantes completos –que percebam, falem, leiam e escrevam habitualmente em galego-português– que pudessem servir de núcleo duro a partir do qual se podam expandir, em círculos concêntricos de dentro para fora, os grupos sociolingüísticos que conformam umha comunidade em processo de construção.

Em lugar disso, a minguante fatia de falantes monolíngües carece, maioritariamente, de possibilidades reais de se desenvolver principal ou maioritariamente na língua própria, aparecendo o galego como funcional e internamente insuficiente para atender às necessidades e expectativas dos membros da própria comunidade.

É, por exemplo, impossível hoje formar-se intelectual e academicamente à margem do espanhol na Galiza; é ciência ficçom pretender aceder aos produtos de consumo cultural entendidos num senso amplo, às actividades de lazer, ao relacionamento interpessoal e, inclusive, com as instituições e organismos administrativos, da saúde ou a justiça, do âmbito público ou privado, sem passar pola portagem do idioma verdadeiramente efectivo, o que sim consegue cumprir as expectativas e necessidades de qualquer habitante do nosso país.

A desestruturaçom da comunidade lingüística galega é um facto gritante, ao ponto de supreender a existência de um sector ainda significativo que diga apostar na recuperaçom do próprio idioma, mas que desista de activar formas de articulaçom e reforço próprio perante a esmagadora pressom social do espanhol.

2. Nomeadamente, o Mapa Sociolingüístico Galego (1994, 1995, 1996) –cuja nova ediçom devia ter sido já publicada, mas ainda nom apareceu, apesar de estar concluído o correspondente novo estudo de campo– e o referido Enquisa de Condiçoms de Vida das Famílias, Instituto Galego de Estatística (2004). Também os estudos específicos de concelhos como o de Vigo (1998) e Ferrol (1993).

As cidades som já, sem discussom, espaçom ganhos pola língua invasora, em todos os ámbitos, incluídas as funçom reduto em que historicamente a nossa tinha subsistido (a casa, a família, o bar e trabalho). A falta de solidez e crescimento desse espaçom simbólico a partir do qual a comunidade lingüística deve ser reconstruída fai com que se verifique o processo contrário, com a reduçom até a mínima expressom desse sector de falantes completos que exerçom algunha referencialidade. Na actualidade, assistimos inclusive à deserçom de alguns supostos notáveis, escritores, jornalistas, políticos e intelectuais tidos por “comprometidos com o galego”, que sucumbem a propostas dos meios de comunicaçom de massas mais representativos da comunidade lingüística dominante, e aparecem já como reprodutores directos do potente espaçom ideativo espanhol³.

A criaçom artística mais característica e de maior alcance do nosso tempo, a audiovisual, cai na balança também, de maneira mui maioritária, do lado espanhol, com criadores galegos a lançar produtos nessa língua, com versom traduzidas para a língua “autonómica” só no melhor dos casos.

As instituiçom, os principais partidos, as elites intelectuais, acham-se na actualidade num período de transiçom para a definitiva assunçom do espanhol com língua da Galiza, ficando a formulaçom estutária actual como um requinte ambicioso demais na medida que o espanhol está a ser efectivamente assumido como próprio. Enfrentamos o risco certo de que a língua imposta ao nosso povo poda chegar a se converter, em pouco

3. Suso de Toro, representante do grupo de intelectuais que parece ter renunciado a esse papel no seio da nossa comunidade lingüística, tenta justificar essa deserçom plasmada nas páginas de opiom do diário espanhol El País, com argumentos “democratistas”, sem que pareça reparar no problema de fundo que se coloca para a nossa comunidade lingüística: a liquidaçom do espaçom ideativo em que de maneira tam lúcida apostou o nosso movimento nacionalista a partir sobretudo das décadas de vinte e trinta do século passado: “o dilema era: se mantiña a norma de publicar en galego nun xornal iso supuña na realidade aceptar a censura, o silenciamento, pois non tiña onde facelo, e se quería chegar á opinión pública escribindo o que coído que debo escribir tería de facelo en castelán. Non sei se fixen ben, mais entre a norma establecida, que é a que me parece máis normal e xusta, ou a liberdade de expresi3on, escollín isto último. Podo estar errado mais, polo de agora, non me arrepenito”. Suso de Toro, “Entre Escila e Caribdis”, revista Tempos Novos, número 117.

tempo, na língua de identidade da maioria da população e, novamente, da totalidade das instituições, incluídas as autonómicas, teoricamente criadas, entre outras cousas, para garantirem a continuidade do nosso idioma histórico.

Entretanto, nos últimos anos têm caído ou começado a abalar vários mitos que alicerçavam um imaginário assumido por um sector importante do nacionalismo galego contemporâneo que, bebendo de constructos teóricos da década de 70, sustentava supostos como: a maioria estabilizada e quase eterna de galegofalantes; a chegada ao poder institucional do nacionalismo como única estratégia normalizadora, concretizada apenas em formas mais ou menos sérias de galeguização administrativa; ou a impossibilidade de ultrapassarmos as barreiras um modelo de língua isolacionista, reforçando assim a mensagem de insuficiência sistémica do galego.

A passagem de umha sociedade maioritariamente galegofalante para a actual, a ponto de se converter em maioritariamente espanholfalante em termos inclusive absolutos, deriva do processo de liquidação dos espaços tradicionais de conservação “natural” do galego, junto a umha urbanização acelerada da Galiza nas últimas décadas. A falta de previsom dos sectores normalizadores, cuja miopia tem chegado até nom há muito tempo e subsiste em parte na actualidade, evitou acompanhar o processo urbanizador de umha estratégia em que o galego assumisse, sequer numha percentagem significativa, os novos usos e funções associadas.

A recusa a ensaiar experiências de imersom em ámbitos como o educativo, a partir de preconceitos ligados à suposta defesa do ensino público; a falta de ambiçom na hora de imbricar o uso lingüístico com as dinâmicas sociais ligadas à juventude urbana, galeguizando as cidades através da disputa ao espanhol das práticas culturais e de intervençom referenciais no âmbito da cultura de massas; a identificação simplificadora e falsa entre normalização e galeguização ritual, reduzindo aquela ao aspecto administrativo-institucional; a freqüente reduçom do sistema cultural galego a umha versom traduzida e redundante do espanhol; a

renúncia à abertura de novos canais de comunicação com os países de expressom [galego-]portuguesa, nomeadamente Portugal e o Brasil, como contrapeso à abafante presença mediática, económica, musical, literária, artística, tecnológica... veiculada em espanhol.

Nom deixa de ser paradoxal que a grave situação actual coincida com umha altura em que a maioria dos concelhos das grandes cidades contam com solenes planos e ordenanças de normalização, e até que existam amplos consensos institucionais no âmbito autonómico, reflectidos num num acordo normativo (2003), num Plano Geral de Normalização (2004) e num novo Decreto para o ensino (2007). Uns acordos que nom rectificam o rumo que nos conduziu aonde estamos: umha encruzilhada em que som muitas as posições perdidas e importantes as alianças desprezadas após décadas determinantes para a guerra de linguas que se livra na Galiza, e que permitírom que o espanhol hegemonize como nunca o campo de batalha e as perspectivas de vitória histórica.

Possibilidades abertas

Porém, a guerra ainda nom está perdida. É claro que a situação de marasmo geral da comunidade lingüística galega tem a sua origem na agressom histórica protagonizada polo projecto nacional espanhol e todo o que ele tem representado durante séculos, reforçado nas últimas décadas pola chamada globalização capitalista que, longe de significar o anunciado apagamento das fronteiras, está a supor o fortalecimento dos grandes espaços económicos, culturais, lingüísticos... face aos pequenos ou minorizados, carentes de soberania e submetidos àqueles, como o nosso.

Porém, nom chega com acusarmos essas tendências do sistema-mundo na fase actual para explicarmos as nossas graves carências perante os desafios que, como comunidade lingüística, enfrentamos nestes inícios do século XXI. Deveremos começar a auto-responsabilizar-nos polo que puder vir a acontecer-nos enquanto comunidade falante nos próximos anos, em lugar de limitar-nos a acusar os governos e repetir frases feitas sobre a beleza ou conveniência de mantermos esse traço identitário diferencial ou pitoresco chamado "galego".

De facto, umha parte do sector social nalgumha medida favorável à recuperação do idioma fai cousas, produz materialmente a normalidade que queremos, torna visível a possibilidade de restaurarmos por completo os direitos lingüísticos, para além da pura –e sempre necessária– reivindicaçom.

Referimo-nos, por exemplo, aos colectivos que na última década pugérom em andamento espaços de activismo social em galego, em centros sociais urbanos que fam do galego o ingrediente unitário e consubstancial à sua existência. Pensamos também na crescente vaga de iniciativas musicais que criam e espalham cultura popular, numha crescente variedade de estilos, em galego-português, constituindo-se, essas sim, em parte desse núcleo ideativo, e incluso criando um mercado, ao serviço da língua própria. Sublinhamos ainda a subsistência de autores e autoras que nom renunciam ao galego como instrumento de trabalho artístico na arte literária, teatral e até audiovisual, contra vento e maré. O seu heróico esforço é hoje imprescindível, e deve ser reforçado por um crescente compactamento do mercado lingüístico que todos e todas as galegofalantes constituímos, pois o voluntarismo, sendo parte da fórmula da reconstruçom, nom chega.

Frisamos ainda o crescimento sustentado do reintegracionismo, marco incontornável para umha reorientaçom da prática social reconstrutora da comunidade lingüística. Todo isso –e mais– existe, junto à vontade expressa e activa, em termos cívicos e políticos, de umha minoria militante, pequena e dispersa, sim, mas empenhada em nom dar por perdida esta batalha. Num segundo nível, existe umha maioria social galega que nom é contra o idioma e a sua hipotética recuperaçom, mas que se mantém numha posiçom passiva em relaçom ao galego e activa na reproduçom dos mecanismos e práticas que garantem ao espanhol o papel de língua principal em todos os ámbitos significativos.

As necessidades imediatas passam por umha maior e mais efectiva autoorganizaçom para reclamarmos abertura e diálogo com o sul do Minho, aspecto de grande transcendência no que aos mass-media di respeito; por nom renunciarmos à verdadeira galeguizaçom do ensino, denunciando os

planos institucionais, que continuam sem ultrapassar os tam fatídicos como falazes 50%; por socializarmos a necessária perspectiva superadora do falso “bilingüismo harmónico”, que nos dias de hoje continua a inspirar todas as medidas legais e práticas adoptadas polas diferentes administraçõs.

A tomada de consciência e a activaçom de novos sectores sociais, rompendo com a passividade e com a empobrecedora institucionalizaçom em que caiu o velho movimento normalizador; a superaçom da atomizaçom e a planificaçom em aquilo que cabe à própria sociedade organizada –o que nom é pouco–, sem ficar à espera de decisõs ou promessas institucionais; som necessidades objectivas para abrir um novo ciclo normalizador que vaia mais além da política do “fazer de conta que se fai” e sirva para estabelecer umha planificaçom lingüística a sério⁴.

O fortalecimento e a correcta canalizaçom da pressom social às instituicõs continua a ser o calcanhar de Aquiles dessa enfraquecida movimentaçom social. Actualmente, as leis bilingüistas conseguem aparentar, a olhos de importantes sectores sociais, umha ambiçom inexistente, dada a generalizada falta de perspectiva e a escassa consciência lingüística. Só a presença de pessoas organizadas em cada âmbito social, laboral, cultural, administrativo, etc, a exigirem, no mínimo, o cumprimento das normas legais que nos som favoráveis, e com visom também das necessidades para o médio e o longo prazos, conseguirá que a língua deixe de ser considerada um ingrediente pitoresco ou redundante

4. Costuma falar-se de planificaçom lingüística para referir o conjunto de medidas a que se subordina a política lingüística em três campos fundamentais: o córpus, o estátus e a aquisiçom. No primeiro campo, incluem-os critérios para a padronizaçom escrita e oral. Um olhar ao caso galego deixa ver as carências no estabelecimento de um modelo referencial e de prestígio para a língua falada, enquanto o padrom escrito está longe de conseguir um consenso em torno do critério isolacionista que até hoje o tem guiado. Quanto à planificaçom do estátus, é evidente a falta de objectivos estratégicos, de seqüenciaçõs e de avaliaçõs, ficando-se sempre nas leis e decretos nunca desenvolvidos em normas concretas inferiores e nunca avaliados nos resultados concretos verificados desde que existe umha política lingüística autonómica. Finalmente, o planificaçom da aquisiçom, que deve ter por finalidade estabelecer as condiçõs de recuperaçom de falantes através sobretudo do ensino, é matéria pendente na Galiza, onde o sistema educativo só serve para reforçar os usos e a posiçom de poder do espanhol.

por parte das instituições e de boa parte das pessoas e grupos políticos que as integram.

Há referentes externos dos quais aprender em aquilo que já foi testado e funcionou, e experiência histórica suficiente para descartarmos tiques e práticas meramente afectivas ou superficiais que, apesar da sua demonstrada inutilidade, continuam a ser repetidas de maneira mecânica e acrítica.

A rectificação histórica é possível, como já tem sido demonstrado noutros momentos históricos por povos em situações tam difíceis ou mais do que a nossa actual. Existem também hoje experiências sociais e institucionais noutras comunidades lingüísticas que estão a recuperar direitos lingüísticos e línguas condenadas, e das quais podemos tirar algumas conclusões basilares a termos em conta no nosso projecto normalizador. A partir delas, e contradizendo as práticas actuais da política lingüística aplicada na Galiza nestes anos, podemos concluir que:

- É possível desenvolver planificações com presença social e algum reconhecimento oficial para duas ou mais línguas, mas uma delas deverá ser a primeira ou principal num território concreto, partindo da aplicação do princípio de territorialidade lingüística. Trocado em miúdos, diremos que é possível, sim, que na Galiza reconheçamos algum papel social a uma ou várias outras diferentes do galego, mas partindo do princípio de que é a este que corresponde o de língua nacional e oficial, hegemónica nas funções que integram esse conceito. Casos como o flamengo⁵ ou o quebequês⁶ dam testemunho de que a recuperação é possível partindo

5. Progressivamente no caso do flamengo, ao longo do século XX, promulgando uma legislação garantista a partir do reconhecimento, já em 1898, do neerlandês como "língua nacional", na altura junto ao francês. A completa neerlandização do ensino tem como data referencial 1932, enquanto a Constituição bela de 1980 reconhece os direitos lingüísticos de valons e flamengos, com base no critério territorial, ficando só a capital como território bilingüe.

6. Quanto ao Quebeque, único território maioritariamente francófono do continente americano, de 1867 e até 1974 contou com políticas bilingüistas baseadas no reconhecimento –parcial de direitos individuais– mas nesse ano a chamada Lei da Língua Oficial tornou o francês a única língua com estatuto de oficialidade. Três anos mais

desse princípio, por falarmos noutras nações sem Estado com situações de conflito linguístico. A Noruega exemplifica, num processo iniciado em meados do século XIX, também a progressiva aplicação do critério territorial, inclusive com respeito a várias formas de padronização oficialmente reconhecidas, e com uma população que, maioritariamente, tem o inglês como segunda língua⁷.

Uma política linguística que verdadeiramente visasse a recuperação do galego, permitiria, em nome mais de duas gerações, fazer dele o idioma nacional da Galiza, oficial para todo e em todo o território; com o espanhol como segunda língua de conhecimento mais ou menos geral e com especial rendimento nalguns relacionamentos internacionais; e com o inglês como língua de conhecimento também estendido a partir de um modelo educativo em que a aprendizagem de línguas seja levada a sério, sem interferir no uso normal e generalizado do idioma nacional, único objecto de uma oficialidade territorializada. Haveria ainda que acrescentar um tratamento adequado dos direitos linguísticos das comunidades imigrantes, nomeadamente no estudo normalizado das línguas de origem.

- A iniciativa social à margem das instituições ou, quando possível, contando com a colaboração destas, é determinante para o avanço de uma política linguística diferente da actual. Aí temos o caso basco para

tarde, a Carta da Língua Francesa definiu com maior precisão os direitos linguísticos com base no critério territorial, reservando alguns direitos para as minorias, nomeadamente a anglófona e a inuit. A percentagem mui maioritária de falantes de francês vinha sofrendo uma lenta tendência à baixa antes da aprovação da Carta da Língua Francesa, mas, a partir dessa altura, é o inglês que tem perdido uma pequena percentagem de falantes (de 13,1% em 1971 para 8% em 2001), mantendo-se à alta o francês (de 80,7% em 1971 para 81,2% em 2001) como língua maioritária, agora também maiorizada.

7. Em relação ao inglês, há quem confunda a agressão efectiva e concreta que supom a invasão funcional do espanhol à nossa comunidade linguística com a crescente presença do idioma inglês na comunicação internacional (comércio, negócios, instituições supra-estatais...), ou até em âmbitos nacionais concretos como a literatura científica ou a música comercial. Sem entrarmos a analisar o que essa presença do inglês supom de influência e peso de certa cultura-lixo anglo-norte-americana no panorama internacional, a "ameaça" para a soberania das línguas nacionais que o inglês pode vir a supor deverá ser, em nossa opinião, mui relativizado.

testemunhar a importância que pode chegar a ter o compromisso colectivo com a defesa da língua e na articulação de redes sociais que a recuperem. Noutra dimensão, podemos referir o modesto ressurgir, nos últimos anos, de comunidades lingüísticas que pareciam condenadas à extinção, como é o caso do maori na Nova Zelândia, graças ao compromisso activo de sectores concretos activados em defesa da língua. Temos também o caso da República da Irlanda, como exemplo da insuficiência dos recursos jurídicos quando não existem, nem tensão social, nem vontade política real de restaurar a língua histórica de uma comunidade nacional que decidiu incorporar o idioma colonial à própria identidade. Ao contrário, nas comarcas do norte sob administração britânica, mantêm-se índices significativos de adesão popular à causa da recuperação do idioma, o que até hoje tem evitado o seu definitivo esmorecimento em favor do todo-poderoso inglês.

Na Galiza, é uma evidente necessidade o fortalecimento da iniciativa popular, da consciência e da acção colectiva não institucional em projectos como os já existentes (centros sociais, voluntariado, actividades artísticas...), incrementando-as com novos ou ainda incipientes âmbitos (consumo, ensino, lazer, relações laborais...), junto à pressão organizada às instituições, públicas e privadas, em todos os níveis (serviços administrativos, sanitários, judiciais, comerciais, etc).

- A existência de uma comunidade vizinha que fala a mesma língua e tem uma situação normalizada no que a direitos lingüísticos de respeito, abre um campo de acções, de reforços, de recursos de todo o tipo que não pode ser desprezado pela comunidade minorizada. De novo, a Flandres exemplifica bem isto, com uma aposta histórica clara na unidade lingüística do espaço neerlandês⁸. O moldavo também tomou esse

8. Em 1980, ano da aprovação da nova Constituição belga que estabelece os direitos lingüísticos de base territorial, é aprovado o Tratado da União Lingüística Neerlandesa, de carácter intergovernamental, entre os governos da Flandres e a Holanda. É a culminação de uma aproximação de tipo reintegracionista iniciada já em meados do século XIX pelas respectivas inteligências ou elites culturais.

caminho em relação ao romeno quando lhe foi possível⁹. Inclusive nos Países Cataláns, onde o catalán do *Principat* está numa situação mais favorável graças à significativa adesão da burguesia, sem chegar a estar plenamente normalizada, a dialéctica social normalizadora dos territórios valenciano, balear e da chamada Catalunha Norte incorpora a unidade da língua como mais um valor normalizador. Em todos os casos referidos, os poderes contrários à normalização têm potencializado historicamente as diferenças e a fragmentação dos espaços lingüísticos minorizados¹⁰. Será que ainda dá para interpretarmos como puro acaso essa tomada de posição isolacionista por parte dos defensores das línguas dominantes?

O reintegracionismo é, portanto, um caminho a tomar sem ambigüidades, com passo firme e medidas concretas a nível mediático, editorial, audiovisual, musical, económico, no relacionamento social e internacional –quer na base, quer nas instituições—. A absoluta desconsideração das possibilidades que tal orientação nos abriria é a melhor mostra da errática estratégia seguida, principalmente nas últimas décadas, na Galiza autonómica.

- Infelizmente, existem mais exemplos de processos de assimilação avançada ou culminada, do que casos bem conhecidos de comunidades lingüísticas que tenham conseguido passar da minorização para a plena restauração do idioma próprio. Porém, há casos dignos de estudo e, entre estes, deveríamos considerar alguns como o feroês, que ao longo do século XX avançou consideravelmente até superar a posição subsidiária historicamente imposta pela Dinamarca, ao ponto de ficar a língua estatal reduzida a uns 5% de falantes¹¹. Talvez o caso mais conhecido de

9. Em 1989, coincidindo com a sua plena oficialização dois anos antes da independência da República da Moldávia.

10. Assim, no caso da Carélia, território histórico falante de finlandês e com a metade leste sob domínio russo, a variante falada pela população administrativamente russa é considerada como língua diferente do finlandês, com base em interesses políticos da própria Rússia e não na identidade e nas necessidades da comunidade lingüística carélica, que sofre uma importante desprotecção e um claro risco de extinção.

11. Após séculos de minorização em termos semelhantes aos do galego-português na Galiza (no âmbito rural, sem usos formais nem prática escrita), no século XIX

recuperação lingüística por parte de um projecto nacional —com base etno-religiosa— seja o israelita em relação ao hebraico, com continuidade histórica apenas escrita, e que no século XX chegou a converter-se em língua oficial conhecida e utilizada pela maioria da população israelita, recorrendo inclusive ao exército como plataforma de aprendizagem obrigatória durante o período de chegada de imigrantes judeus procedentes das mais diversas áreas lingüísticas.

Mas há outros exemplos mais ou menos contraditórios que, com variadas fórmulas entre os direitos territoriais e umha oficialidade *personalista*¹² mais ou menos efectiva, mostram caminhos para avançar ou, no mínimo, permitem aprender de políticas concretas, quer erradas, quer acertadas. E o caso do processo de oficialização do guarani no Paraguai¹³, do sami na Noruega¹⁴, do gronelandês (variante do inuit) na Gronelândia¹⁵, do galês

começou a lenta recuperação do cópuz (padronização) e do estatus. Na década de vinte do século XX começou a ser permitido o seu uso em determinados âmbitos, sendo introduzido no ensino em 1937 como língua preferencial. Em 1948, é reconhecido pela Dinamarca como “língua nacional” das Ilhas Faroé, generalizando-se nos mass-media sobretudo a partir da década de 80.

12. Rafael Ninyoles (1975) descreveu os dois critérios básicos no estabelecimento de regimes de oficialidade lingüística: os baseados na personalidade e os baseados na territorialidade. Os primeiros reconhecem alguns direitos individuais aos habitantes de um dado espaço lingüístico, enquanto os segundos estabelecem “direitos pessoais colectivos” aos indivíduos, como parte de umha comunidade com um território de referência.

13. O Paraguai é o único país americano em que umha língua ameríndia é maioritária, inclusive na população nom indígena (59,2% da população é falante habitual de guarani, 35,7% de espanhol e 5,1% otras lenguas, segundo dados de 2002). A sua cooficialização —junto ao espanhol— ficou estabelecida em 1992, iniciando-se um processo de reconhecimento efectivo, embora ainda parcial, em âmbitos historicamente vedados polo poder colonial e crioulo.

14. O reconhecimento por parte do Estado norueguês da política assimilista imposta ao povo originário que habita o norte do país supujo recentemente a introdução do sami em âmbitos como o ensino, de maneira bem mais séria do que acontece na Galiza com o galego-português: existindo vários modelos, o povo sami tem direito a um ensino completo no idioma próprio nas zonas em que som maioria, e no resto do país desde que formem grupos de 10 alunos e alunas que o reclamarem. Apesar da sua classificação como língua ameaçada, é na Noruega que conserva umha maior vitalidade, considerando-se “moribunda” na Suécia e na Finlândia e na Rússia, onde também subsiste o povo sami.

15. Maioritariamente falado polas 50.000 pessoas que habitam o território, dependente da Dinamarca como território autónomo desde 1979, conseguiu o reconheci-

no Reino Unido¹⁶, ou do maori na Nova Zelândia¹⁷.

Tendo em conta que um processo de planificação lingüística exige acordos prévios, objectivos a longo prazo e outros mais imediatos, umha seqüenciação e o acompanhamento do sucesso ou insucesso das medidas adoptadas, incluindo a avaliação e as rectificações necessárias, nom se entende como pode prescindir-se da grande quantidade de experiências, bem ou mal sucedidas, aplicadas em contextos mais próximos ou mais afastados, como os referidos e outros.

Estreitamente vinculado com o ponto anterior, está a necessidade de fomentar a identificação entre o galego e os valores da modernidade e a cultura de massas, combatendo a ainda vigorante ligação à cultura entendida como academicismo, etnografia, tempos passados e essências de um ruralismo decadente. As novas tecnologias, os valores tradicionais da nossa história e identidade como povo actualizados nas cidades da Galiza do século XXI, os mais diversos estilos da produção cultural urbana, audiovisual... o galego deve preencher todas as necessidades da comunidade falante actual, sendo o reintegracionismo um veículo óptimo para conseguir essa reorientação social da língua.

mento da oficialidade para o idioma próprio, assumindo o dinamarquês o papel de segunda língua.

16. Sem chegar a pôr em causa o domínio inglês, o ascenso do nacionalismo marcou, a partir dos anos 80 do século XX, umha pequena recuperação do idioma histórico do País de Gales, que até esse momento sofria umha progressiva e já alarmante queda percentual da massa de utentes. O declínio detivo-se nos 19% de falantes de galês, que ascendêrom até representarem acima dos 20% e com maiores percentagens nas faixas etárias mais novas. Apesar de continuar em risco de desapareção, a existência de um movimento cívico importante em defesa dos direitos lingüísticos permitiu modificar as tendências destrutivas que agirom com especial intensidade durante o século XIX, com a chegada de imigração inglesa, e a década de 80 do século passado.

17. O maori vive nos últimos anos um incipiente processo de recuperação impulsionado por um posicionamento favorável da própria população falante, incluída umha relativa oficialização efectiva, dificultada pelas limitadas medidas institucionais e pola situação extrema em que tal processo foi iniciado. Contudo, o caso tem especial interesse por acontecer num espaço em que as línguas existentes à chegada dos colonizadores ingleses estão na sua maioria extintas ou em vias de extinção imediata.

Ninguém sobra no que talvez seja o maior desafio histórico para a comunidade nacional galega. Sem desprezarmos as medidas institucionais favoráveis, espremendo-as até serem superadas pola realidade da procura social, é possível avançarmos, situando os objectivos lingüísticos à frente e por cima de qualquer critério partidista ou sectorial, em todos os âmbitos da vida associativa, académica, laboral, empresarial... um labor em que já se tem avançado nalgumha medida, é verdade, mas em que em ocasiões até se tem recuado, precisamente por nom existir umha planificação prévia, uns objectivos claros, uns prazos e medidas concretas que podam ser avaliadas umha por umha.

Acreditar no futuro da língua é acreditar no futuro da nossa naçom. Quem renunciar à nossa existência como povo diferenciado e como sujeito de direitos enquanto tal, poderá renunciar à língua ou limitar-se a seguir a inércia das tendências actuais, que nada favorecem a sua subsistência. Porém, se acharmos que a Galiza deve afirmar-se na história, se acharmos que o galego nom deve desaparecer nem ficar reduzido a um papel ornamental ou arqueológico, devemos dar um passo em frente e tomar, colectivamente, as medidas que como povo nos corresponde tomar. Ninguém vai fazê-lo por nós e, apesar das grandes dificuldades que enfrentamos, a sorte nom está lançada.

Bibliografía de referència

- BAGGIONI, Daniel. *Linguas e nacións na Europa*. Edicións Laidvento, Santiago de Compostela, 2004.
- CASTRO LÓPEZ, Maurício. *Galiza e a diversidade lingüística no mundo. Subsídios para um diagnóstico actualizado da situação sociolingüística galega*. Abrente Editora, Compostela, 2001.
- CRYSTAL, David. *A morte das linguas*. Editorial Galaxia, Vigo, 2003.
- Comisión Técnica de Lingua e Sociedade Sección de Lingua. *A sociedade galega e o idioma. A evolución sociolingüística de Galicia (1992-2003)*. Consello da Cultura Galega, Santiago de Compostela, 2005.
- NINYOLES, Rafael L. (1975). *Estructura social e política lingüística*. Ir Indo, Vigo, 1991.

- REI-DOVAL, Gabriel. *A lingua galega na cidade no século XX. Unha aproximación sociolingüística*. Edicións Xerais de Galicia, Vigo, 2007.
- Instituto Galego de Estatística (2003), *Enquisa de condición de vida das familias. Coñecemento e uso de galego*. Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, 2004.
- RODRIGUES FAGIM, Valentim. *O galego (im)posíbel*. Edicións Laiovento, Santiago de Compostela, 2001.
- SÁNCHEZ CARRIÓN, José María. *El espacio bilingüe (aspectos etnolingüísticos del bilingüismo y teoría lingüística de los espacios)*. Eusko Ikaskuntza, Burlada, 1981.
- Seminario de Sociolingüística. *Actitudes lingüísticas en Galicia*, Real Academia Galega, Santiago de Compostela, 1996.
- Seminario de Sociolingüística. *Lingua inicial e competencia lingüística en Galicia*, Real Academia Galega, Santiago de Compostela, 1994.
- Seminario de Sociolingüística. *Usos lingüísticos en Galicia*, Real Academia Galega, Santiago de Compostela, 1995
- Seminario de Sociolingüística. *Estudio sociolingüístico da comarca ferrolá*. Real Academia Galega, Corunha, 1993.
- VANDEPUTTE O. e CRESPO FABIÃO L. *O neerlandês. Língua de vinte milhões de holandeses e flamengos*. Fundação flamengo-neerlandesa "Stichting Ons Erfdeel vzw", 1990
- Secrétariat à la politique linguistique. *Viver em francês em Québec*. Gouvernement du Québec, 1997.
- VV.AA. *Estudio sociolingüístico sobre a situación da lingua galega no Concello de Vigo*. UdV e Concello de Vigo, Vigo, 1998.
- VV.AA. *Plan xeral de normalización da lingua galega*, Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, 2005